

AS CONTRIBUIÇÕES DE ROLANDO ASTARITA PARA A RECUPERAÇÃO E ATUALIDADE DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX

ROLANDO ASTARITA'S CONTRIBUTIONS TO THE RECOVERY AND RELEVANCE OF MARX'S MONETARY THEORY

Warley Nunes

Mestre e doutorando em Filosofia pela UFMG.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9995-5525>

E-mail: nunes.waley@gmail.com

RESUMO:

O trabalho teve por objetivo apresentar, por meio da elaboração do economista argentino Rolando Astarita, a atualidade da teoria monetária de Marx. Para isso, dividiremos este artigo em quatro seções. Na primeira, discutiremos o conceito de dinheiro em Marx, analisando a complexa relação entre o dinheiro-mercadoria, o papel-moeda inconvertível e a especificidade do dinheiro de crédito; finalizaremos enfocando a importância monetária do ouro e como este, a despeito das mudanças pelas quais passou o sistema monetário internacional, segue sendo o meio de reserva de valor fundamental no capitalismo, principalmente nas crises. Na seção dois, abordaremos a crítica de Astarita à Teoria Quantitativa da Moeda; demonstraremos que, para Marx, a quantidade do meio circulante é determinada pelas necessidades de circulação. Na seção três, discutiremos a taxa de câmbio destacando a relação entre a moeda nacional e a moeda internacional e como essa relação determina a taxa de câmbio. Concluímos, com foco na crítica que Astarita faz à Teoria Monetária Moderna; para isso, iremos enfatizar as noções de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, bem como a crítica à noção de dinheiro como uma mera criação estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Dinheiro, Moeda, Ouro.

ABSTRACT:

This paper aims to present the continued relevance of Marx's monetary theory through the work of the Argentine economist and professor Rolando Astarita. To this end, this paper is divided into four sections. In the first one, it is discussed Marx's concept of money analyzing the complex relationship between commodity money, inconvertible paper money, and the specificity of the nature of credit money; the section is finished by focusing on the monetary importance of gold and how—despite changes in the international monetary system—gold remains the fundamental reserve of value in capitalism, particularly during crises. The second section addresses Astarita's critique of the Quantity Theory of Money, demonstrating that, for Marx, the quantity of the circulating medium is determined by the needs of circulation. The third section discusses exchange rates highlighting the relationship between national and international currencies, and also how this relationship determines the exchange rate. Finally, the paper concludes by focusing on Astarita's critique of Modern Monetary Theory, emphasizing the concepts of productive and unproductive labor, as well as the critique of the notion of money as a mere creation of the State.

KEYWORDS: Money, Currency, Gold

INTRODUÇÃO

Rolando Astarita é um importante economista argentino e professor universitário que, por meio de seu blog pessoal¹ divulga, de forma rigorosa, conteúdos relacionados à crítica da economia política, com foco na obra de Marx/Engels e na tradição marxista. Entre os temas tratados por Astarita, um dos que mais suscita debates é o que trata da questão monetária. Astarita, juntamente com o economista brasileiro Claus Germer, propõe o que poderíamos classificar como uma teoria monetária marxista clássica, segundo a qual o ouro continua sendo o dinheiro-mercadoria com valor intrínseco, além de funcionar como respaldo para o valor do dinheiro emitido pelos bancos centrais. Uma das evidências que sustentam essa tese é o aumento das reservas metálicas dos principais Bancos Centrais do mundo

A primeira constatação do economista argentino neste tema particular é que a economia neoclássica não possui uma teoria coerente sobre o dinheiro. Uma das razões para essa ausência de coerência é o raciocínio circular presente nessa elaboração: pois, enquanto, no caso das mercadorias em geral, o valor seria derivado de suas propriedades físicas e naturais — vinculado ao valor de uso — no caso do dinheiro, o raciocínio se inverte completamente.

Dito de outro modo, ao explicar o valor das mercadorias se recorre a um princípio subjetivo, e a mercadoria tem utilidade antes de ter valor. Porém no caso do dinheiro se deve partir do suposto que tem valor. De maneira que o dinheiro tem valor antes de ter utilidade. Com a qual, ademais esse raciocínio é tautológico. Por que tem valor o dinheiro? Resposta: porque tem utilidade. Por que tem utilidade? Resposta: porque tem valor (Astarita, 2004, p. 32).

Sob esse ponto de vista, o dinheiro passa a ser o que atua como dinheiro. Nessa fórmula tautológica se considera como dinheiro, cédulas, depósitos a vista, depósitos a prazo etc; contudo, [...] “o problema de fundo é insolúvel porque o dinheiro tem sido introduzido como um fato não econômico — o que o determina é o fator político, o Estado, de maneira exógena” (Astarita, 2004, p. 32). Assim, a economia neoclássica não pode elaborar teoricamente sobre o conceito de dinheiro, ou seja, não pode dizer o que ele é. “Por isso, os economistas estão acostumados a abordar diretamente as funções do dinheiro sem discutir o conceito de dinheiro” (Astarita, 2004, p. 32).

Keynes também não escapa desse caráter exógeno do dinheiro já que era um adepto das teses cartalistas. Como lembra Astarita, para Keynes o dinheiro é uma criação estatal que surge quando o Estado decide declarar qual a unidade de conta deve ser considerada como dinheiro. Conforme Keynes, o dinheiro tem duas funções principais, “ser unidade de conta, para qual, não precisa ser um objeto substantivo e reserva de riqueza” (Astarita, 2012, p. 89). Diferente é a posição de Marx, pois, o dinheiro como equivalente de valor não pode se desmaterializar completamente do dinheiro-mercadoria, por isso, o ouro segue tendo uma importância monetária como será teorizada nesse artigo.

¹ Ver em: <https://rolandoastarita.blog/>. Consultado em 2025.

Já no campo das chamadas teorias econômicas heterodoxas que teorizam sobre dinheiro e moeda, uma que vem ganhando destaque é a chamada Teoria Monetária Moderna, MMT (Modern Monetary Theory). Essa teoria tem se tornado muito popular, principalmente, entre economistas, pois se propõe a ser um contraponto à teoria econômica ortodoxa, posicionando-se de forma radicalmente contrária à teoria quantitativa da moeda e ao dogma da austeridade fiscal.

Em termos gerais a MMT como afirmam Edemilson Paraná e Mollo (2021) é baseada em ideias heterodoxas de Keynes (1996), podemos acrescentar os argumentos de Aba Lerner (1943, 1947) e Minsky (1986), além de outros intérpretes como o importante representante Randal Wray (1998). De Keynes a MMT toma seus desdobramentos sobre o dinheiro e sua admiração pela perspicácia do cartalismo². Isso quer dizer, que o dinheiro não é emitido levando em conta seu respaldo em uma mercadoria específica (ouro), uma vez que, como vai dizer Astarita, no essencial, esses teóricos sustentam que o “Estado institui o dinheiro não porque o define como de curso legal, e sim porque aceita recebe-lo pelo pagamento de impostos. Assim, esse dinheiro, *fiat Money*, tem valor porque serve para pagar impostos” (Astarita, 2018, s/p)³.

O conceito de dinheiro posto à baila pelo pensamento econômico é objeto de inúmeras controvérsias e constitui uma das categorias mais desafiadoras. Mesmo no marxismo, não há consenso sobre a teoria monetária de Marx, visto que, para muitos marxistas o dinheiro se desmaterializou e deixou de ser o dinheiro-mercadoria com valor intrínseco, conforme teorizado por Marx na sua obra magna *O Capital*.

Em sentido contrário a tal perspectiva, Germer (2001) aponta que esses autores “não perceberam que a retirada do dinheiro (= ouro) das funções da circulação não constitui, na teoria de Marx, critério suficiente para caracterizar uma mudança de natureza do dinheiro”⁴. Roberts também intervêm neste debate em favor da teoria monetária de Marx e, nos adverte, “a moeda fiduciária não muda o papel ou a natureza do dinheiro na economia capitalista. O dinheiro-mercadoria (ouro) contém valor, enquanto que o dinheiro não-mercadoria representa/reflete o valor”⁵. Uma vez que, como afirma o próprio Marx (1859): “A intervenção do Estado, que emite o papel-moeda de curso forçado considerarmos apenas essa classe de papel-moeda — parece anular a lei econômica”⁶. Todavia, quando este é “absorvido pela circulação, o sinal de valor ou o papel-moeda sofre suas leis

² O cartalismo se baseia na obra de Knapp para o qual o dinheiro é uma criação do Estado.

³ Astarita, R. Economia K y la teoria monetária moderna -1. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/07/19/economia-k-y-la-teoria-monetaria-moderna-1/>. Consultado em 2025.

⁴ Germer, C. 2001, p. 205.

⁵ Roberts. 2021, s/p.

⁶ Marx. 2008, p. 153.

imanescentes⁷”. Apoiando-se nos argumentos de Marx, Astarita vai demonstrar que a teoria monetária marxiana a despeito das mudanças no sistema monetário internacional segue tendo vigência.

A questão principal do trabalho é (i) demonstrar a importância monetária do ouro e como este, a despeito de não cumprir mais as funções de meio de troca e de pagamento, continua sendo o principal meio de entesouramento e a reserva de valor fundamental no modo de produção capitalista, sendo, em última instância, o meio de pagamento final; (ii) à luz da concepção de dinheiro apresentada na primeira parte, examinaremos a crítica de Marx à Teoria Quantitativa da Moeda a partir das elaborações de Astarita, destacando como essa teoria ignora a função do dinheiro como tesouro; (iii) analisar a temática das taxas de câmbio e como as moedas nacionais se articulam com a moeda mundial. Por fim, na última seção do artigo, (iv) examinaremos a crítica de Astarita à Teoria Monetária Moderna, sobretudo por esta pressupor que os graves problemas do capitalismo poderiam ser resolvidos por meio da impressão de moeda.

1.2. A importância monetária do ouro⁸

Astarita observa que a maioria dos economistas, incluindo marxistas, considera que a teoria monetária de Marx está ultrapassada ou não é adequada para compreender os fenômenos contemporâneos, pois, segundo eles, “Marx estabeleceu uma vinculação orgânica entre o valor do dinheiro de papel e o dinheiro-mercadoria, isto é, o ouro” (Astarita, 2010, s/p)⁹. Nesse passo, conforme esses autores, com a introdução do dinheiro de papel, não convertível em ouro, o dinheiro perde sua referência ao dinheiro-mercadoria. Tal posição consiste em apresentar que o dinheiro teria se desmaterializado e seu valor não manteria mais vínculo com o metal. O ouro, portanto, seria apenas mais um ativo monetário ou, como dizia popularmente Keynes: uma “reliquia bárbara” (Astarita, 2010).

Nessa perspectiva, conforme Astarita (2010) os primeiros a desenvolver a tese da desmaterialização do dinheiro dentro do marxismo foram os regulacionistas, como Aglietta e Lipietz, nas décadas de 1970 e 1980. Em seguida, essa tese foi retomada por autores do novo enfoque, como Dumenil, e por marxistas influenciados por Kalecki.

O economista argentino chama nossa atenção para o fato de que nos autores marxistas, da teoria da regulação e do novo enfoque — o dinheiro de papel inconversível de curso forçado emitido pelo Estado não tem seu valor determinado pela confiança, como nas abordagens neoclássicas e

⁷ Marx. 2008, p. 153.

⁸ Os textos de autoria de Rolando Astarita que utilizamos neste artigo estão todos em formato online e disponibilizados no blog do próprio autor.

⁹ Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2010/08/30/el-rol-monetario-del-oro/>. Consultado em 2025.

keynesianas. Embora o dinheiro inconversível seja uma criação do Estado, ele se insere nas relações de produção e troca. Assim, o valor do dinheiro é derivado diretamente do trabalho total empregado pela sociedade, sendo calculado pela divisão do volume de dinheiro pelas horas trabalhadas na sociedade (Astarita, 2010).

Desse modo, o valor do dinheiro inconversível pode ser expresso na seguinte equação: $\frac{M}{V} = L$, onde M é a quantidade de dinheiro, V a velocidade de circulação, e L o trabalho total. A primeira conclusão que Astarita retira dessa elaboração é que tal equação: “*supõe que o trabalho privado está validado antes de que a mercadoria chegue no mercado*”, do contrário, o dinheiro não poderia expressar o valor da mercadoria (Astarita, 2010, s/p; *grifos do autor*). Ademais, seu valor surge “por reflexo” (Astarita, 2016c, s/p)¹⁰. Desse modo, como preconiza Astarita, se invertem as determinações da teoria de Marx sobre o valor e o mercado.

Acontece que, segundo a teoria de Marx, os trabalhos privados só são validados no mercado quando as mercadorias são vendidas. Antes da venda, nenhum trabalho privado é validado como trabalho social; em outras palavras, para que haja valor, não é preciso apenas trabalhar com a tecnologia e intensidade socialmente necessárias; você também tem que vender a mercadoria. Somente na venda, o trabalho passa à sua forma objetivada, é transformado em valor. É por isso que a venda constitui o “momento da verdade”. Para isso, é necessário que o dinheiro incorpore valor em relação à mercadoria (Astarita, 2010, s/p).

Nesse sentido, para que o valor se torne uma forma objetiva, ele precisa passar pela venda. Somente assim, o trabalho privado se converte em trabalho social. Por isso, a venda é o “momento da verdade” ou, como afirma Marx, o momento em que a mercadoria precisa realizar seu “salto mortal”. Isso é possível porque o dinheiro “incorpora valor” no ato das trocas, surgindo no mercado como “corpo de valor”. Nessa ótica, o dinheiro não é um mero signo injetado de fora da circulação mercantil para “reduzir custos de transação”. Quem age assim apaga as contradições da mercadoria — “entre valor de uso e valor; entre trabalho abstrato e concreto; entre valor de troca e valor; entre trabalho privado e social, o que fornece a base para as crenças mais fantásticas sobre a superação dos males do sistema comercial através da engenharia monetária”¹¹ (Astarita, 2018e, s/p).

Na formulação de Astarita, o dinheiro “surge da contradição que a mercadoria carrega, que, por sua vez, deriva da contradição entre a produção realizada de forma privada e a produção social” (Astarita, 2010, s/p). Nesses termos, Astarita apoiando-se na argumentação de Marx, na qual a mercadoria deve necessariamente expressar seu valor relativo em outra mercadoria que assume a forma equivalente de valor (dinheiro), reverbera, que o dinheiro é uma mercadoria que por meio de

¹⁰ Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/22/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-3/>. Consultado em 2024.

¹¹ Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/10/31/origen-del-dinero-cuestiones-teoricas/>. Consultado em 2024.

seu valor de uso expressa no seu corpo natural a propriedade social de ter valor das outras mercadorias:

A ideia de que é impossível dissociar o dinheiro de uma mercadoria equivalente geral (digamos o ouro) encontra então a sua raiz nesta questão. Mas é preciso notar que não se trata apenas de mais uma mercadoria (como pensava Ricardo, quando escreveu que a Inglaterra poderia pagar a sua dívida em trigo ou ouro). O dinheiro-mercadoria, na concepção de Marx, é uma mercadoria especial, pois tem o privilégio de incorporar valor; por isso não pode ser considerado um simples “numerário” condenado a circular. Do exposto também emerge a ideia, fundamental na crítica de Marx à teoria quantitativa, de que o valor do dinheiro não pode surgir da circulação. O dinheiro entra em circulação com valor, ou melhor, como a personificação do valor. Por sua vez, a mercadoria chega ao mercado com um preço, que deve ser concretizado, ou não, na venda (Astarita, 2010, s/p).

É por isso que o dinheiro-mercadoria, como encarnação do valor, se torna valor de forma autonomizada, já que o dinheiro entra na circulação como corpo de valor. Na elaboração de Marx a mercadoria precisa validar-se mediante sua venda, diferente é o que acontece com o dinheiro, pois, “ele como encarnação de valor não necessita se validar como trabalho social, porque já o é diretamente antes que se produza a venda. Posto isso, seja dinheiro-mercadoria ou signo de valor, *o equivalente encarna valor*” (Astarita, 2016c, s/p), e o objeto que melhor cumpre essa função pelas suas propriedades naturais e sociais é o ouro.

Ainda, segundo Astarita: “é uma realidade que o ouro não é demandado como um simples metal, mas sim enquanto equivalente geral, devido à sua existência econômica como dinheiro-mercadoria. Mais precisamente, seu “valor de uso conserva valor, encarnando o tempo de trabalho diretamente social” (Astarita, 2010, s/p). Mesmo que o ouro não assuma as funções de meio de troca e de meio de pagamento, ele continua a atuar como meio de entesouramento e como reserva mundial última de valor. Com o Intuito de comprovar sua tese, Astarita apresenta o seguinte argumento:

Os próprios diretores dos bancos centrais reconhecem que é necessário ter reservas de ouro porque, depois de tudo, “é o único ativo que não é passivo de nenhum governo.” Por isso, não é de estranhar que, à medida que se desenvolvem as crises, os bancos centrais obtêm mais ouro, refletindo a desconfiança no bilhete de papel. Os dados corroboram com o que afirmamos (Astarita, 2010, s/p).

A fim de explicar esse posicionamento, podemos agora analisar o papel-moeda inconvertível emitido pelo Estado e sua relação com o ouro (forma de valor autonomizado). Antes, cabe uma advertência do próprio Astarita (2016a): devemos ter em mente que as notas bancárias mencionadas por Marx em *O Capital*, capítulo III do Tomo I, não são papel-moeda inconvertível de curso forçado como as entendemos hoje. As notas bancárias surgem da circulação do capital mercadoria e, portanto, são uma forma de crédito cuja função é atuar como meio de circulação.

Por sua vez, elas não desempenham outras funções do dinheiro, como medida de valor, meio de entesouramento, meio de pagamento final ou meio para saldar transferências internacionais. “Isto significa que, em última instância, a pirâmide de meios de circulação descansa sobre a confiança de que existe uma reserva última de valor em que se saldaram os pagamentos” (Astarita, 2016a, s/p)¹². Como podemos notar, Astarita recusa a tese de que o valor do papel-moeda inconvertível se baseia na confiança (como nas abordagens neoclássicas e keynesianas). Da mesma forma, ele também rejeita a tese dos regulacionistas e dos teóricos do novo enfoque, segundo a qual o valor do papel-moeda inconvertível deriva diretamente do trabalho total da sociedade. Então, onde reside o valor da nota emitida pelo Estado?

Começamos de qualquer maneira pela nota emitida pelo Estado, mas conversível em ouro, caso mais analisado por Marx (o Banco da Inglaterra emitiu notas com lastro em ouro). Aqui o signo circula como representante do ouro. Portanto, em princípio, a questão não apresenta dificuldades: a proposição central de Marx é que a quantidade de papel-moeda que deve circular, representando simbolicamente o ouro, teria que ser limitada à quantidade de ouro ou prata que circularia se a nota não fosse presente (Astarita, 2016b, s/p.).¹³

Com efeito, o papel-moeda é um signo de valor, sua quantidade, como Marx nos diz (2013), deve corresponder à quantidade de ouro ou prata da qual ele atua como representante simbólico. “Uma lei específica da circulação das cédulas de dinheiro só pode surgir de sua relação de representação com o ouro. E tal lei é simplesmente aquela que diz que a emissão de papel-moeda deve ser limitada à quantidade de ouro (ou prata) — simbolicamente representada pelas cédulas” (Marx, 2013, p. 201). A complexidade reside quando o papel-moeda já não guarda nenhuma relação direta com o ouro. Daqui muitos deduzem que Marx não foi capaz de prever a inconvertibilidade. Entretanto, “a realidade é que Marx considerou episódios de inconvertibilidade e não viu motivos para alterar, na substância, sua formulação (embora, se alterem as formas em que opera a lei econômica)” (Astarita, 2016b, s/p). Para exemplificar, o Banco da Inglaterra na crise decretava a inconvertibilidade da libra, o caso de inconvertibilidade mais analisado por Marx foi o do táler prussiano.

Na Prússia existe dinheiro de papel de curso forçado. (...). Esses táleres de papel (...) não são legalmente convertíveis em prata em nenhum banco etc. (...), No entanto, sua denominação é a da prata. Um táler de papel declara representar o mesmo valor que um táler de prata. Caso a confiança no governo fosse profundamente abalada, ou caso esse dinheiro de papel fosse emitido em proporção maior do que a exigida

¹² Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/09/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-1/>. Consultado em 2024.

¹³ Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/15/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-2/>. Consultado em 2024.

pelas necessidades do curso (...) o t  ler de papel deixaria de equivaler na prática ao t  ler de prata e seria depreciado, (...) (Marx, 2011, p. 83).

Como sugere, o excerto acima, deve haver mesmo com papel-moeda de curso forçado uma rela  o de respaldo, ou a confiança que esses papéis em algum momento possam ser convertidos em algum tipo de reserva última de valor, porquanto, como vimos, estes papéis não podem ter por base unicamente a confiança, como pensam os economistas. Quer dizer, o valor do papel-moeda    determinado pela sua quantidade em circula  o e pela rela  o mediada que ele mant  m com o seu respaldo, contudo isso tudo vira de ponta cabeça, dado que: “Na circula  o dos sinais de valor aparecem invertidas todas as leis da circula  o monetária real. Enquanto o ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula.” (Marx, 2008, p. 153). E continua Marx: “Enquanto o valor de troca das mercadorias, dada a quantidade de ouro circulante, depende de seu próprio valor, o valor do papel depende da quantidade que circula.” (Marx, 2008, p. 155).

Desse modo, uma rela  o complexa se estabelece entre o papel-moeda de curso forçado e o dinheiro-mercadoria. Com o desenvolvimento da circula  o met  lica paulatinamente se cinde o signo e o conteúdo, que, por sua vez, engendra a cisão entre existência real e existência funcional do dinheiro (Marx, 2008). Com a existência funcional do dinheiro predominando sobre sua existência real, o dinheiro passa a ser substituído por signos de valor aut  nomos, o que Marx chamou de idealiza  o da moeda. A existência ideal do dinheiro no processo de circula  o faz com que esse se torne um signo com incidência na instância legal. A moeda adquire um caráter político, “o signo se separa do ouro, isso faz com que a massa de signos não coincida com a massa de ouro que o respalda.” (Astarita, 2016d, s/p). Por consequência, isso gera a impressão de que o Estado, desde fora, pode alterar as leis da circula  o de mercadorias, e quando o faz,    sempre com autonomia relativa, ocultando a rela  o complexa que se estabelece entre os signos de valor e o seu respaldo último (ouro).

Mas isto não rompe a liga  o com a moeda-mercadoria, uma vez que persiste no fato de esta rela  o ser estabelecida no mercado de ouro.    por isso que hoje, quando falamos do “preço do ouro”, este não deve ser considerado com o mesmo estatuto que o preço de qualquer outro metal nos mercados internacionais, mas sim como a expressão mistificada do conteúdo de ouro da nota. Como Mandel já tinha salientado, o preço do ouro    uma expressão do valor do dólar. (...) “No atual regime de intercâmbio de ouro, o preço do ouro representa o valor do dólar definido pela Reserva Federal dos Estados Unidos em rela  o ao ouro.” (Mandel, 1976, p. 179,). Assim, por exemplo, se desde o início de outubro de 2002 até março de 2005 o preço do ouro subiu de 320 para 425 dólares, segundo este critério, o dólar deixou de valer 0,003125 onças de ouro para valer 0,0023529 onças (Astarita, 2016b, s/p, grifos do autor).

   no mercado de ouro que se estabelece a rela  o mediada entre o papel-moeda de curso forçado (dólar) e o dinheiro-mercadoria. Contudo, isso não significa que ao modificar os custos de

extração de ouro automaticamente acontecerá uma modificação no valor do papel-moeda (Astarita, 2016d). A rigor, a evolução do processo de circulação da moeda a converte em mero “signo de sua substância” e isso abre o caminho para vários outros símbolos, fazendo com que o signo se separe do ouro (Astarita, 2010).

Nesse processo, a *existência funcional* do dinheiro só se aprofundou, o que provoca a separação entre o símbolo de valor e o que ele deveria representar: “Precisamente a existência ideal do dinheiro no processo de circulação. O facto de ser um símbolo e de a autoridade jurídica e política influenciar esse carácter, significa que a *massa de signos não coincide com a massa de ouro que o suporta*” (Astarita, 2016b, s/p, grifos do autor). Dessa maneira, a autoridade política passa a sobredeterminar esse processo, e a relação de convertibilidade dólar/ouro não é estabelecida de forma direta, mas uma relação mediada e complexa. Na concepção apresentada, o sistema monetário é um sistema hierárquico onde a “*referência última de valor não é dada pela nota da moeda de curso forçado e nacional, mas pela restrição imposta pela sua relação com o dinheiro mundial e, em última instância, com o ouro*” (Astarita, 2016d, s/p, grifos do autor).

(...) é uma realidade que as moedas se articulam de forma hierárquica. E isto ocorre porque toda moeda fiduciária, ainda que careça de valor em si mesma, “tem que comportar, entretanto certa referência ao valor” (Brunhoff, 1975, p. 189). Isto é, para serem reconhecidas como equivalentes gerais (encarnação do valor), as moedas devem ser convertíveis entre elas. Por isso, Brunhoff sustenta que a referência do dinheiro ao valor se estabelece de forma indireta, partindo da combinação das diferentes moedas entre si (ibid) (Astarita, 2018, s/p).

Mesmo o ouro não ocupando a função de meio de pagamento, ele continua a atuar como meio de entesouramento no sistema monetário internacional, ou seja, reserva última de valor, e a depender da situação, o ouro se torna meio de pagamento final. Por isso, a necessidade das reservas em ouro dos bancos centrais¹⁴. Portanto, os vários tipos de notas de crédito e de ativos financeiros, em última instância, devem ser convertíveis em algum símbolo de valor “tangível”. Como afirma Astarita:

(...) a confiança na moeda reside na capacidade dos bancos comerciais de converterem os seus passivos em dinheiro de outro banco comercial e/ou em dinheiro do banco central, quando os clientes o exigem. *Há confiança pública devido à conversibilidade par*, ou seja, “que um dólar é um dólar, qualquer que seja a forma que assuma, seja numa letra ou numa conta.” (BIS, 2003). O sistema de pagamentos

¹⁴ Astarita registra: el oro continúa siendo un activo de reserva de los bancos centrales de las principales potencias. A fines de 2022 representaba el 77% de las reservas oficiales de EEUU (8.133 toneladas de oro); el 73,5% de las de Alemania (3.366 toneladas); 68,3% de Italia y 63,2% de Francia. Son cifras no despreciables en terminos de riqueza inmovilizada. Por ejemplo, las reservas oficiales de oro de EEUU, al precio (julio 2023) de la onza troy US\$1.957 equivalen a unos US\$ 560.000 millones (el valor libro registrado en la FED es mucho menor, US\$ 42,22 la onza). ¿Para qué se mantiene atesorada esa masa de valor? Una teoría monetaria coherente debe poder explicar esta permanencia del oro en los sistemas monetarios. (Astarita, 2023, s/p).

baseia-se na confiança de que serão finalmente “liquidados” na moeda do banco central (Astarita, 2016d, s/p, grifos do autor).

Com o desenvolvimento do dinheiro de crédito se projeta a ilusão que o dinheiro é um mero signo, e que as várias notas de crédito são dinheiro em sentido pleno (Astarita, 2016d). Isso ocorre porque o dinheiro creditício vai adquirindo certa autonomia em face da base monetária. Desse modo, no momento de auge do ciclo econômico: “Letras de câmbio, cheques, ações, títulos governamentais, cartões de crédito ou débito parecem ser dinheiro tão bom quanto o dinheiro do banco central” (Astarita, 2016b, s/p). O que impera é a confusão entre o signo de valor e o dinheiro creditício. O dinheiro creditício não é dinheiro em sentido pleno, pois esse tem que ser validado na moeda do banco central. “É justamente nas crises que a dependência, com relação à moeda do Banco Central, se manifesta.”

A crise segue então uma sequência hierárquica. Em primeiro lugar, questionam-se as letras de câmbio, os títulos sobre capital fixo ou circulante, ou os do Estado (note-se que por isso não podem ser a reserva última e tangível de “valor”), (...). Se isto conduzir a uma queda nos preços dos títulos, os ativos dos bancos são desvalorizados (...), os depósitos querem ser recolhidos em notas, como aconteceu na crise argentina de 2001. (...) devido à deterioração dos ativos do banco e a liquidação do capital próprio para cobrir prejuízos; é o cenário do Lehmans em 2008 (Astarita, 2016d, s/p).

Nesse sentido, a “liquidação de pagamentos em moeda do banco central continua a ser crucial para o sistema” (Astarita, 2016b, s/p). Desse modo, em meio à crise monetária, a massa de papéis creditícios que circula como dinheiro tende a se desvalorizar. Nesse contexto, ocorre a “transformação repentina do sistema de crédito em sistema monetário” (Marx, 2013, p. 211). A palavra-chave nesse contexto é “liquidez”. O que se impõe é a necessidade de dinheiro pleno (a reserva última de valor). Esse processo evidencia a contradição entre as funções do dinheiro como meio de troca e como meio de pagamento.

A função do dinheiro como meio de pagamento traz em si uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como moeda de conta [Rechengeld] ou medida dos valores. Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição emerge no momento das crises de produção e de comércio, conhecidas como crises monetárias (Marx, 2013, p. 210-211).

Em razão disso, no momento das crises monetárias surge a necessidade, segundo Astarita (2016), da moeda última, ou seja, a moeda que salda os pagamentos e essa não pode apresentar nenhum risco de liquidez. Afinal, a crise monetária leva a necessidade de converter os títulos privados em

dinheiro do banco central. Por conseguinte, converter esses papéis em dinheiro mundial (dólar). Por fim, se aumentar a desconfiança com o bilhete que é a encarnação de valor mundial, o último recurso será a conversão desses papéis para o equivalente geral, ou o dinheiro-mercadoria (ouro).

Por isso também, as diversas funções do dinheiro na teoria de Marx só podem ser cumpridas, em sua totalidade, pela base monetária — dinheiro nas mãos do público e pelas reservas dos bancos, e somente essa, é dinheiro propriamente dito. Os créditos monetizados – letras de câmbio, cheques pós-datados, sobre giros, cartões de débito e crédito, etc. — não são medida e nem reserva de valor, e não podem cumprir a função de meio de pagamento último do sistema monetário; só cumprem *uma* função do dinheiro, a de meio de troca. Não constituem dinheiro em sentido pleno, ainda que permitam reduzir a necessidade de dinheiro efetivo no sistema monetário. Por isso não faz sentido falar de “massa monetária” como um todo indiferenciado. A massa monetária – bilhetes de todo tipo de depósitos – não cumpre todas as funções do dinheiro e seu crescimento não possui efeitos inflacionários. O que tem efeitos inflacionários é o aumento da base monetária, na medida em que leve à perda de confiança na possibilidade de converter esses bilhetes em seu respaldo, este constituído por divisas ou por ouro – em uma certa paridade estabelecida, seja essa paridade legal ou determinada na prática pelo mercado (Astarita, 2012, p. 155).

De posse dessa concepção, que nos diz o que é o dinheiro propriamente dito, poderemos compreender a crítica de Marx à Teoria Quantitativa da Moeda.

1.3 Crítica a Teoria Quantitativa da Moeda

Pelo exposto acima, podemos compreender melhor a crítica de Marx à Teoria Quantitativa da Moeda, (doravante TQM), teoria essa que tem sua origem nas obras de Montesquieu e David Hume, mas ganhou destaque com David Ricardo, teve sua formalização matemática no século XX com Irving Fisher.

Em sua versão simplificada pressupõe que “uma massa de mercadorias se compara com uma massa de dinheiro” (Astarita, 2016). A partir disso, essa teoria preconiza, que os preços sobem em função do aumento da base monetária sobre a produção real. Para essa teoria, o dinheiro é neutro e é injetado de fora para dentro da economia real. Desse modo, a TQM é representada pela seguinte equação proposta por Fisher: $MV = PY$, onde M é a quantidade de moeda, V a velocidade de circulação, P o índice de preços, e Y produto real da economia. Ainda de acordo com essa teoria, V é estável e Y está dado. Sendo assim o aumento de M , causaria uma elevação dos preços, de acordo com a equação $P = (M.V) / Y$.

Conforme Astarita, a proposição central da Teoria Quantitativa é que a principal função do dinheiro é servir como meio de circulação. Dessa forma, o entesouramento não é levado em consideração — como ocorre em Ricardo — ou é considerado relativamente estável, como em Milton

Friedman. Contra a TQM, existe toda uma tradição crítica, cujas origens remontam a James Steuart, passando pelos teóricos da *Banking School* (Tooke e Fullarton), chegando a Marx e sendo continuada pelos pós-keynesianos e pelos teóricos da regulação (Astarita, 2016).

Como atesta Astarita, no volume I de *O Capital* de Marx, a fórmula de Fisher já se faz presente; contudo, de forma invertida, e ela pode ser representada assim: $M = PY/V$.

(...) dado um volume de transações (que não tem que estar no nível do pleno emprego); dados os preços das mercadorias (que, na teoria de Marx, estão determinados pela lei do valor); dado um certo valor do dinheiro e dada uma certa velocidade do mesmo, a quantidade de massa monetária que circula está determinada. Em outras palavras, se M está determinada pelas outras variáveis, a equação se interpreta em sentido contrário ao da teoria quantitativa. Essa é a posição de Marx. Por isso, de fato, encontramos a equação de Fisher no capítulo 3 de *O Capital*. A esse respeito, um argumento central de Marx diz que o dinheiro que não é necessário para a circulação permanece em reserva; no qual implica afirmar que a função principal do dinheiro não é ser meio de troca (Astarita, 2016, s/p).

Para compreender a crítica de Marx à TQM, é necessário considerar que a primeira função do dinheiro, apresentada em *O Capital*, é a de ser medida ideal do valor. Para isso, o dinheiro precisa encarnar valor — em outros termos, o dinheiro é a encarnação do trabalho diretamente social (trabalho abstrato). Isso ocorre, porque para Marx o valor não se origina na esfera da circulação, mas sim na produção. Para que o dinheiro apareça como equivalente geral e encarnação do trabalho abstrato, ele deve ser uma mercadoria. Com isso, compreendemos por que o dinheiro não pode ser apenas um mero signo condenado a circular mediando as trocas. Entretanto, deve-se observar que não se trata de uma mercadoria como qualquer outra. O dinheiro é uma mercadoria especial.

(...) a ideia, fundamental na crítica de Marx à teoria quantitativa, de que o valor do dinheiro não pode surgir da circulação. O dinheiro entra na circulação com valor, melhor dizendo, como encarnação do valor. Por sua vez, as mercadorias chegam no mercado com um preço, que deve realizar-se, ou não, no momento da venda. Portanto, não faz sentido dizer que os preços das mercadorias se determinam no mercado com a comparação entre a massa de mercadoria e o dinheiro (Astarita, 2016, s/p).

Para Marx e Astarita (2013: 2016) existe uma hierarquia entre as funções do dinheiro, primeiro essa deve ser medida ideal do valor. Por conseguinte, meio de circulação onde se articula com as funções de meio de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. A TQM acaba por considerar de forma abstrata e unilateral a função de meio de circulação como a única função do dinheiro. Por isso, a crítica de Marx: dados o valor do dinheiro e o valor das mercadorias — só circula a quantidade de dinheiro necessário, o restante é entesourado. A importância dessa questão pode ser constatada na crítica de Marx à Lei de Say, uma vez que, já aqui existe a possibilidade teórica da crise,

pois, pode haver vendas sem que haja compradores. “Não é casual a adesão de Ricardo a teoria quantitativa, e a lei de Say e sua ideia que o dinheiro é somente meio de troca” (Astarita, 2016, s/p).

1.4 Taxa de câmbio

Outro tema que se conecta com a concepção de dinheiro apresentada acima é o da taxa de câmbio. De acordo com Astarita (2004), nos países subdesenvolvidos, onde predomina um processo de valorização baseado em uma baixa produtividade, a desconfiança em relação à moeda nacional é constante. Por isso, torna-se necessário contrair divisas na moeda que exerce a função de dinheiro mundial, a fim de adquirir os bens necessários à reprodução dessa forma específica de sociedade. Assim, a moeda nacional torna-se um equivalente parcial, uma vez que “moedas nacionais só atuam como encarnação de valor na medida em que estão respaldadas por moedas ‘fortes’, e em particular pela moeda que atua como moeda internacional” (Astarita, 2004, p. 257).

Para que o trabalho privado se converta em trabalho social nos espaços nacionais, e se valide, é preciso que as mercadorias sejam reduzidas ao equivalente nacional, e este por sua vez tem que ser respaldado pela moeda mundial. Assim, o tempo de trabalho abstrato nacional precisa permanentemente manter seu vínculo com o tempo de trabalho abstrato mundial (Astarita, 2004). Em razão disso,

(...) as reservas internacionais constituem o ativo financeiro de respaldo último da base monetária nacional: uma moeda nacional respaldada exclusivamente em crédito interno (títulos públicos) estaria sujeita a questionamentos e a crises de confiança que fariam impossível a ação da lei do valor. E quando isso ocorre a moeda nacional é substituída pela moeda mundial, primeiro em suas funções de reserva de valor e tesouro, e logo meio de pagamento e finalmente como meio de troca. É daqui que surge a necessidade dos bancos centrais dos países subdesenvolvidos de contraírem reservas muito acima das necessidades determinadas pelas exportações (Astarita, 2004, p. 258).

Essa relação entre a base monetária e as reservas internacionais é fundamental para a determinação do valor da moeda nacional. Astarita observa que, em períodos de crise, o aumento da desconfiança em relação à moeda interna leva os detentores de ativos monetários a demandarem divisas, para que os capitais possam se valorizar seu retorno tem que assumir a forma da encarnação última de valor — ou seja, a de dinheiro mundial (Astarita, 2004).

Por outro lado, no caso dos capitais multinacionais, que necessitam realizar amortizações e efetuar as remessas de lucros para a matriz, “seu ciclo de valorização nos países subdesenvolvidos se estrutura da seguinte maneira: $D^* - D - M$ (Fp e Mp) ... P ... M' - D - D^* , em que D^* representa a divisa estrangeira” (Astarita, 2004, p.258). Esse capital precisa retornar à sua forma originária — ou seja, deve se transformar novamente nessa moeda forte. E aqui podemos encontrar uma das razões para

a crise do modelo de substituição de importações. Baseado na entrada de capital estrangeiro que produzia para o mercado interno, esse modelo esteve vinculado ao problema da conversão monetária e às crises no balanço de pagamentos que dele derivavam (Astarita, 2004).

Portanto, na medida em que o espaço nacional se converte em meta de investimento estrangeiro, se gera outra exigência de vinculação e respaldo da moeda nacional com a moeda mundial. O mesmo sucede com capitais de origem nacional que adquirem dimensões internacionais. Esta série de fatores conjugados explica que a acumulação de dinheiro mundial se converta em um fim para os Estados nacionais, que atuam como garantidores das condições gerais de reprodução dos capitais (Astarita, 2004, p. 258-259).

Para além dos fatores macroeconômicos que determinam as taxas de câmbio — essa também adquire uma dimensão especulativo/financeira — bancos, fundo de investimento, fundos de pensão, etc., vão constantemente realizar arbitragem sobre as moedas, apostando nessa ou naquela moeda, fazendo aplicações em ativos denominados em diferentes moedas, principalmente naquelas que vão oferecer taxas de retorno mais atrativas. (Astarita, 2004). Contudo, não se deve concluir que o que determina as taxas de câmbio são aspectos especulativos, isto é, subjetivos.

As taxas de câmbio estão em grande parte determinadas pelas “condições de valorização dos capitais e sua inserção no mercado mundial” (Astarita, 2004, 262). Portanto, “a capacidade de uma moeda nacional de se portar como equivalente geral em última instância está correlacionada a capacidade de seu espaço nacional de gerar valor em relação ao espaço mundial” (Astarita, 2004, p.262). Em seu aspecto estrutural as taxas de câmbio estão determinadas, 1) pelas produtividades relativas, 2) pelas variáveis macroeconômicas fundamentais, (conta corrente, reservas, dívida externa, investimento, saída e entrada de capitais não especulativos, valorização do capital, crescimento econômico, valorização ou desvalorização da moeda, taxa de inflação, taxa de juros. 3) a dimensão especulativa, arbitragem de moedas, trading. (Astarita, 2004). Na teoria neoclássica o câmbio é explicado e determinado por princípios gerais como: gosto e preferências, mercado perfeitos, expectativas racionais, isso os leva muitas vezes para elaborações que não tem qualquer relação com dados empíricos. Por outro lado, os pós-keynesianos explicam o câmbio por atividades especulativas.

1.5 Crítica à Teoria Monetária Moderna (MMT)

Nesta última seção, veremos que a crítica de Astarita não se restringe apenas à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM); ela também se estende à Teoria Monetária Moderna (doravante, TMM). A TMM é identificada por Astarita (2020) como uma forma de *neocartalismo*, uma vez que, para essa teoria, o dinheiro é uma criação do Estado.

Cabe destacar que, segundo a TMM, o dinheiro é, antes de tudo, uma unidade de conta — e essa unidade pode ser meramente simbólica, não necessariamente ligada a um meio de troca físico. Nessa perspectiva, o dinheiro serve para “determinar o montante de uma obrigação, ou uma dívida, sendo aquilo que é aceito para seu cancelamento” (Astarita, 2018b, s/p). Em qualquer período histórico, aquilo que é aceito como símbolo de dívida é considerado dinheiro pelos teóricos da TMM (Astarita, 2018). Dessa maneira, o dinheiro se torna um instrumento técnico.

Penso que o problema com este enfoque é que ele ignora que o dinheiro é uma relação social. Ainda que, entretanto, se trate de uma relação social que aparece sob a forma material de um metal, ou de um papel-moeda, o que dificulta sua análise. Nas palavras de Marx: “o que torna difícil a compreensão do dinheiro ... consiste no fato de que aqui um determinado vínculo entre pessoas aparece como um metal, como pedra, como objetos corpóreos, existente às margens dessas pessoas” ... (Marx, 1989, p. 177) (Astarita, 2018, s/p).

No essencial, a TMM combina o cartalismo com o enfoque pós-keynesiano. Sendo assim, nessa elaboração, “o Estado institui o dinheiro não porque o define como de curso legal, mas porque aceita recebê-lo como pagamento de impostos” (Astarita, 2018, s/p). A partir dessa problemática, o dinheiro tem valor em função de servir para pagar impostos. Quer dizer que se cria um circuito no qual o Estado injeta dinheiro na economia através dos gastos e de adiantamentos ao setor privado, e esse dinheiro é reabsorvido pela arrecadação de impostos (Astarita, 2018). Nessa ótica, o déficit fiscal é contrabalançado pelo superávit privado, e o déficit público sempre pode ser financiado com a criação de moeda.

Afora isso, os impostos não são utilizados para financiar o gasto estatal, mas para gerar demanda por dinheiro (Astarita, 2018). Da mesma forma, a dívida pública não tem como finalidade financiar os gastos do governo e sim drenar as reservas dos bancos. Nessa perspectiva, não existem problemas de endividamento, desde que o Estado o faça na sua própria moeda — salvaguardados apenas os problemas de emissão em regimes de convertibilidade (caso do padrão ouro). Ademais, essa emissão não geraria problemas de inflação, dado que a inflação só ocorreria em casos em que a demanda supere a produção (Astarita, 2018). É aqui que os problemas centrais do capitalismo podem ser resolvidos com artifícios contábeis e jurídicos.

Como dizem Tymoigne e Wray (2013) a MMT deriva conclusões políticas específicas acerca da política fiscal, monetária e financeira. Sustentam que o Estado deve envolver-se diretamente ao longo do ciclo econômico, estabelecendo programas macroeconômicos que manejem a força de trabalho, os mecanismos de preços, e os projetos de investimentos, e que monitorem os desenvolvimentos financeiros (Astarita, 2018, s/p).

Ganha importância a emissão de dinheiro como uma forma de sustentar a demanda, sendo essa, segundo essa perspectiva, uma maneira de enfrentar problemas estruturais como o desemprego. Para que essa estratégia funcione, estabelece-se o que se conhece como circuito Estado-dinheiro-Estado.

A TMM afirma que existe um circuito Governo – Outros – Governo. “O governo injeta dinheiro, por exemplo, oferecendo subsídios para as pessoas, (outros) e esse dinheiro é destruído através do pagamento de impostos (...). Daqui que o governo teria a capacidade ilimitada de pagar pelo que deseja comprar” (Astarita, 2018, s/p). Entretanto, neste circuito, segundo Astarita, desaparece a produção. Assim, Astarita vai contrapor ao circuito Governo – Outros – Governo o ciclo de reprodução do capital, tal como Marx o teoriza. O centro de gravidade do argumento marxiano é que existe produção de bens materiais, assim como de valor e mais-valor. Sendo que esses são gerados na esfera da produção. “Por isso, a reprodução de bens materiais reproduz também a relação capital-trabalho, isto é, uma relação de exploração” (Astarita, 2018, s/p). Por isso, para que essa sociedade se reproduza de forma ampliada é necessário que o trabalho seja produtivo, ou seja, ele tem que produzir não só os produtos materiais que são necessários a reprodução, mas também produzir mais-valor. Portanto, se a produção for o foco, desaparece a “magia” do circuito proposto pela TMM.

(...) o circuito que postula a MMT é mistificador, na medida em que sugere que é possível gerar riqueza material, ou superar os problemas colocados pela estagnação da produção capitalista pelo simples mecanismo de emitir dinheiro. E porque “varre para debaixo do tapete” a centralidade do trabalho produtivo, e a exploração do trabalho, que são a verdadeira base em que se assenta a sociedade capitalista (Astarita, 2018, s/p).

Nesse sentido, a MMT, como constata Astarita e Heller, eleva o fetichismo da moeda e do Estado ao limite máximo, visto que, se este último pudesse introduzir livremente na economia “papeis sem respaldo e esses não perdessem seu poder de compra não haveria muita diferença com as práticas primitivas dos bruxos ou dos alquimistas, que tentaram encontrar a fórmula para transformar objetos em ouro” (Heller, 2018, s/p, *apud* Astarita, 2018, s/p).

CONCLUSÃO

De Astarita, destacamos a concepção de dinheiro derivada diretamente dos escritos de Marx, segundo a qual o dinheiro se origina da contradição inerente à mercadoria — a contradição entre valor de uso e valor —, expressa na oposição entre trabalhos privados e independentes que precisam se validar como trabalho social. Foi apresentada a crítica à tese da desmaterialização completa do dinheiro.

Destacamos a importância monetária do ouro, pois, mesmo não atuando diretamente como meio de troca ou pagamento, continua sendo a reserva última de valor, como demonstra o aumento das reservas em ouro dos principais bancos centrais. Em seguida, discutimos a complexa relação mediada entre o dinheiro de curso forçado e seu respaldo último, ou seja, o equivalente geral (ouro).

Sublinhamos ainda a relação idealizada do dinheiro, em que seu conteúdo se separa do símbolo — embora essa separação não seja absoluta —, dada a restrição imposta pela relação entre a moeda nacional e o dinheiro mundial e, em última instância, entre este e o ouro. Também foi possível explicitar que, em meio a uma crise monetária, as várias formas de dinheiro bancário (como títulos de dívida) devem se converter em dinheiro do banco central e, conseqüentemente, em dinheiro mundial (dólar).

À luz dessa concepção de dinheiro, fizemos a crítica à Teoria Quantitativa da Moeda, mostrando como essa teoria acaba por reduzir o dinheiro à sua função de meio de troca. Demonstramos também que, em Marx, circula apenas a quantidade de dinheiro necessária, sendo o restante entesourado.

Na sequência, apresentamos a concepção de taxa de câmbio presente nos escritos de Astarita, segundo a qual as moedas nacionais são equivalentes particulares e têm seu valor determinado pela relação de hierarquia que se estabelece com a moeda mundial. Sendo assim, uma das finalidades dos Estados nacionais passa a ser o acúmulo de reservas internacionais.

Na última seção deste artigo, apresentamos, de forma sintética, a crítica de Astarita à Teoria Monetária Moderna e à ilusão de que os problemas do modo de produção capitalista podem ser resolvidos por meio da impressão monetária, desde que realizada com moeda própria. Criticamos a noção do circuito Governo – Outros – Governo, tal como formulada pela TMM, pela ausência das categorias de trabalho produtivo, mais-valor etc. Em resumo, foi possível demonstrar que Rolando Astarita apresenta bons argumentos em defesa da concepção monetária de Marx e, de certa maneira, evidencia que essa ainda possui vigência contemporânea e é útil para abordar teoricamente os problemas sociais e monetários. Foi possível concluir que os argumentos apresentados reforçam a atualidade e a vigência contemporânea das ideias de Marx sobre o dinheiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTARITA, Rolando. **Compras de oro por bancos centrales e inversores privados**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2023/07/20/compras-de-oro-por-bancos-centrales-e-inversores-privados/>. Acesso em: 2024.

_____. **Economía K y la teoría monetaria moderna – 1**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/07/19/economia-k-y-la-teoria-monetaria-moderna-1/>. Acesso em: 2024.

_____. **Economía K y la teoría monetaria moderna – 3**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/08/03/economia-k-y-la-teoria-monetaria-moderna-3/>. Acesso em: 2024.

_____. **Economía K y la teoría monetaria moderna – última parte**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/08/12/economia-k-y-la-teoria-monetaria-moderna-ultima-parte/>. Acesso em: 2024.

_____. **El rol monetario del oro**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2010/08/30/el-rol-monetario-del-oro/>. Acesso em: 2024.

_____. **Origen del dinero y cuestiones teóricas**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/10/31/origen-del-dinero-cuestiones-teoricas/>. Acesso em: 2024.

_____. **Papel-moneda, oro y la teoría monetaria de Marx – 1**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/09/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-1/>. Acesso em: 2024.

_____. **Papel-moneda, oro y la teoría monetaria de Marx – 2**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/15/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-2/>. Acesso em: 2024.

_____. **Papel-moneda, oro y la teoría monetaria de Marx – 3**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/22/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-3/>. Acesso em: 2024.

_____. **Papel-moneda, oro y la teoría monetaria de Marx – 4**. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2016/08/28/papel-moneda-oro-y-la-teoria-monetaria-de-marx-4/>. Acesso em: 2024.

_____. **Keynes, póskeynesianos, y keynesianos e neoclásicos**. Apuntes de economía política. Universidad nacional de Quilmes editorial, 2012.

_____. **Valor, mercado mundial y globalización**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativa, 2004. ISBN 978987107669.

GERMER, Claus M. Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 205-228, 2001.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Tradução: Mário Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. Introdução. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19-44.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; PARANÁ, Edemilson. Dinheiro como relação social: uma leitura do poder monetário do Estado na MMT. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 871–895, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/47s79vxz5tQSGcqQY8FPdRj/?format=pdf&lang=pt>. Consultado em: 2025

ROBERTS, Michael. **TMM e a teoria monetária marxista**. *The Next Recession Blog*, 03 out. 2021. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/10/03/mmt-and-marxist-monetary-theory/>. Acesso em: 2024.